
CIDADE E ESPAÇO PÚBLICO: TRANSFORMAÇÕES E PRÁTICAS URBANÍSTICAS

Manoel Teixeira Azevedo Júnior*

ESPAÇO E TEMPO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

O desenvolvimento dos assentamentos humanos ao longo da história implicou mudanças significativas nas relações espaço-tempo. Conforme assinala Santos (1994), o espaço, em qualquer época, é o resultado do casamento indissolúvel entre sistemas de objetos e sistemas de ações, enquadrados na dinâmica das relações econômicas, políticas e culturais específicas das diferentes formações sociais. Nessa abordagem, o tempo inscrito no sistema de ações é condicionado quer pelo tempo dos próprios objetos, aí incluídos a forma do espaço produzido pelo homem e todo o aparato de utensílios e maquinários, quer pelos tempos determinados pela natureza, ou seja, pelo meio físico, os ciclos naturais e os próprios limites biológicos do ser humano.

Na situação pré-industrial, o tempo das ações é condicionado, principalmente, pela natureza, enquanto na situação que, genericamente, se desenvolve a partir da industrialização, a importância do tempo embutido nos objetos, para a determinação do tempo das ações humanas, é cada vez maior.

Assim, se o tempo na cidade é sempre condicionado pelas exigências e pelos modos como se resolve a sobrevivência do ser humano — numa interação entre necessidades físicas, psicológicas e culturais e relações de produção e de dominação —, na situação que se desenvolve a partir da industrialização capitalista o tempo é, cada vez mais, submetido a um tempo “desnaturalizado”, um tempo imposto artificialmente pelas exigências do capital e de sua reprodução.

* Arquiteto, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela COPPE-UFRRJ, Professor adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas.

O que Santos percebe é que isto se aprofunda na situação contemporânea e as ações, graças às técnicas e ao aparato técnico-científico de que dependem as nossas vidas, são, cada vez mais, artificialmente instrumentalizadas. Quer pela dependência ou submissão a um meio técnico (os meios de comunicação, a infra-estrutura da cidade, o aparato de máquinas e utensílios), quer pela sujeição a fins ou necessidades artificialmente impostas ou dirigidas (o consumo, os valores, as vontades, o modo de pensar e de agir, etc), com comprometimento de uma espécie de "tempo do ser" naquilo que ele pode ter de exercício e expressão das particularidades individuais ou coletivas.

Nessa relação entre sistema de objetos e sistema de ações, Santos (1994) vai apontar a existência de uma "inflexibilidade dos objetos", uma espécie de resistência da forma, perceptível no próprio espaço físico da cidade, em contrapartida a uma "flexibilidade das ações", que mantém sempre alguma autonomia em relação ao que é imposto pelos objetos e tendem a adaptar-se às transformações desses. Essa flexibilidade é, no entanto, relativa, já que as ações ocorrem em uma realidade social estruturada em termos de sistemas, ou seja, de um conjunto de regras e de lógicas de procedimento que, nos mais diversos âmbitos, tende a aprisionar o comportamento dos seres humanos. A idéia de sistema como construção de uma lógica unitária de meios e fins, uma teia de racionalidade que pretende dar sentido a uma certa totalidade, tem perdido força na filosofia contemporânea, mas permanece penetrando nos mais diversos aspectos da vida cotidiana, com um enorme poder de regulação do tempo e das ações humanas.

Dessa forma, a sociedade contemporânea, que tem condições de libertar o ser humano de uma série de limitações naturais (controlar doenças, estender o tempo de vida e os confortos da vida), que amplia as possibilidades de locomoção e de comunicação, que se funda em ideais de respeito ao indivíduo e suas diferenças, acaba gerando, no mesmo processo, controle e condicionamento das ações e das mentes.

Se pensamos o espaço físico da cidade, sua forma é, em termos gerais, uma combinação de vontades de controle e sistematização e vontades de particularização. Ou seja, ela resulta de uma combinação entre sistemas de natureza mais ampla (a lógica de produção e o sistema de trabalho, o sistema político e ideológico, etc.) — os quais geram espacializações também formuladas em termos de sistemas (a ordenação territorial, o sistema de circulação, a ocupação do solo e suas regras) — e formas que escapam às sistematizações mais gerais e controladoras ou que se acomodam e sobrevivem em seus interstícios, formas de organização do espaço e das relações sociais mais vinculadas ao cotidiano, aos âmbitos espaciais e sociais mais restritos e a suas particularidades.

O viver a cidade envolve, assim, tempos diversos de usá-la e de percorrê-la, modos diferentes de se apropriar de seus espaços, condicionados pelas características específicas da formação social e pelas formas espaciais produzidas historicamente, que nela deixam suas marcas. Espacializações da história, ações condicionadas pelo espaço e pela organização social, possibilidades diversas de acesso a bens e serviços, exclusões e inclusões, convivem e se misturam na cidade.

A própria idéia de cidade, especialmente na situação das grandes metrópoles, é uma abstração para seus habitantes ou, no mínimo, um conceito que envolve concretizações, significados e vivências totalmente diversas e discrepantes. Existem diversas cidades dentro do território de uma cidade, e os habitantes vivem e percebem diferenciadamente porções mais ou menos reduzidas desse território.

As diferenciações sociais, a relação com o aparato técnico que compõe o meio urbano, especialmente com os meios de locomoção, os interesses diversos, as possibilidades de consumir os bens que convergem para a cidade e se oferecem àqueles que podem ou não pagar por eles, tudo isso vai conformar essa diversidade de perceber, usar e usufruir a cidade. Considerando assim essas "múltiplas cidades" dentro de uma única cidade, a própria idéia da boa cidade tem que ser sempre relativa e, talvez, só possa ser fixada se retomarmos a velha questão dos direitos fundamentais do ser humano, que está na constituição do espaço público moderno. Nesse sentido, a boa cidade seria aquela que garantisse um patamar básico de direitos de cidadania, a partir do qual as diferenciações e o encontro das diferenças, que fazem a riqueza da situação urbana, poderiam desenvolver-se em igualdade de condições e de oportunidades.

VIVÊNCIA DO ESPAÇO PÚBLICO

Genericamente, os diversos tempos do viver a cidade se dão no cruzamento dos tempos do trabalho (incluído o trabalho doméstico), do circular e do chamado tempo livre. Se os dois primeiros são domínio, fundamentalmente, da ordem econômica, social e política mais geral, o tempo livre deveria ser o domínio de ordens mais particulares, mesmo que estas jamais fujam do condicionamento imposto pelas ordens mais gerais. A tendência contemporânea, no entanto, é a da ordem geral cada vez mais se impor sobre os domínios mais particulares. Isto é determinado, em parte, pelas relações de produção e pela própria conformação espacial da cidade, com impacto muito maior sobre as populações excluídas (por exemplo, o tempo cada vez mais consumido apenas pela busca da sobrevivência ou o aumento brutal dos tempos de deslocamento), mas deve-se também à crescente mercantilização do tempo livre, submetido à lógica do consumo e à oferta dos mais diversos produtos para preenchê-lo, e à regulação e

homogeneização da vida doméstica, que tende a padronizar os modos de usar esse tempo.

Essa situação vem sendo acompanhada pelo crescente esvaziamento do espaço público como lugar de convívio e de sociabilidade entre os diversos estratos sociais, ou seja, como espaço de civilidade, de contato e de desenvolvimento das práticas de convivência com o diferente. O contato com o outro acontece, cada vez mais, de maneira socialmente segregada e no âmbito de espaços seletivamente públicos, notadamente no caso das classes sociais mais abastadas.

Assim, a vivência do espaço comum das cidades — as ruas e demais áreas públicas — tende a se dar, genericamente, segundo dois ritmos: um ritmo rápido, ligado, no geral, aos deslocamentos em velocidade. No primeiro caso, é um ritmo lento, ligado ao uso do espaço pelo pedestre, acentuando-se a fragmentação da cidade e a captação fugidia do espaço, além da separação e estranhamento sociais, notadamente no caso do transporte individual. No segundo, é possível um contato mais efetivo com o mundo, acentuando-se as possibilidades de percepção do espaço (a forma construída e a diversidade humana e funcional) e das diversas “falas” da cidade (os significados das formas e de suas apropriações). Nessa última situação incrementa-se a possibilidade de diálogo e interação com os objetos que compõem o espaço e com os seres humanos e sua diversidade. Esse ritmo lento de vivência da cidade vem se tornando, predominantemente, e em especial no caso das cidades brasileiras, atributo da população mais pobre, o que faz parte da segmentação social do espaço que vem marcando nossas cidades. Esse tipo de contato mais próximo com o mundo real pode, em função das desigualdades que se aprofundam na sociedade, transformar-se em um tormento e se revestir de hostilidades, traduzindo-se mais em conflito do que em encontro. E isso é o que vem marcando o espaço público nas cidades brasileiras, cada vez mais palco de conflito social aberto, o que acentua a tendência de parcelas da população refugiarem-se em espaços privados ou de acesso socialmente controlado.

De todo modo, o viver a cidade envolve sempre uma produção de subjetividades, de algo que diz respeito ao sujeito e que envolve também a produção e o contato com o imaginário. Pelbart (1997) assinala a distinção entre uma subjetividade capitalista, induzida pelas ações, desejos e valores ligados à ordem dominante, comandados pela lógica da produtividade e inseridos em uma certa padronização das vontades e das ações, e uma subjetividade gerada a partir de formas mais particulares de apropriação do espaço, de convivência entre as pessoas, de uso do tempo e de expressão de valores e desejos. Essas duas formas acontecem, evidentemente, interligadas, mas é no segundo tipo que emergem

as singularidades, em oposição às tendências homogeneizantes da ordem social e ideológica dominante.

Pelbart (1997), na vertente do pensamento de Guattari, observa que tanto os objetos como as pessoas estão rodeados de uma “névoa de virtualidade”, ou seja, de uma carga de significados de natureza não estática. Em outras palavras, de uma capacidade de estimulação do pensamento e das ações que, advinda do acúmulo da história e da cultura, pode abrir-se para novas possibilidades de construção do futuro e de criação. Se a cidade, a partir da ordem dominante, impõe um tempo para as ações, impõe ritmos, enquadra os seres em regras e em valores, essa mesma cidade, como espaço historicamente construído, com significados explícitos ou latentes, pode propiciar a floração de outras subjetividades, de outras relações com os objetos, estimuladoras do pensar, do refletir e do criar (caso, por exemplo, do contato com o próprio espaço da cidade), e de outras relações entre os sujeitos que habitam a cidade.

Trata-se, no caso específico do urbanismo, de desenvolver essas possibilidades latentes. O desafio, na visão de Pelbart (1997) é, na produção do espaço da cidade, pensar essa subjetividade na sua dimensão de exterioridade, já que “a cidade é exterioridade por excelência” (id., p.33). É o lugar da convergência das coisas e dos seres e de sua exposição e contato.

PRÁTICAS URBANÍSTICAS

Com a problematização das cidades e a relativa perda de seu controle pelos poderes constituídos, a partir do século XIX o pensamento urbanístico tendeu, historicamente, a uma vontade de ordenação global do espaço e de imposição de algum sentido de ordem e de unidade a uma cidade cada vez mais esfacelada pelas dimensões que adquiria e pelas contradições e conflitos do sistema econômico e político capitalista que a tomava, transformava e tinha-a como palco.

Buscando responder a essa situação, o campo de saber então constituído, o urbanismo, oscilará entre um urbanismo reformista, que busca dar forma e expressão às novas dinâmicas das relações econômicas e sociais, sem na verdade alterá-las, apenas garantindo o marco espacial para seu melhor desenvolvimento, e um urbanismo que, partindo da crítica aos fundamentos, nem sempre bem percebidos, da ordem dominante, busca interferir sobre ela, propor novos modelos que combinem mudança da ordem espacial e da ordem social. A prática urbanística acabará sendo uma mistura, com diferentes dosagens, dessas duas tendências. As grandes reformas das cidades européias no século XIX são basicamente expressão da tendência reformista, ou seja, expressam uma espécie de

urbanismo a reboque, impulsionado pelas demandas do capital e das classes dominantes. Não deixam, porém, de estar alimentadas por uma vontade mais geral de melhoria do ambiente construído e de ampliação de direitos sociais, mesmo que tal vontade se assente, principalmente, em um desejo de domesticação e enquadramento das classes dominadas. Tais reformas convivem também, com experiências mais radicais de proposição e implementação de novas formas de organização espacial e de organização das relações sociais, caso das chamadas iniciativas utópicas.

O que marca esse primeiro momento do urbanismo e, inclusive, dá sentido a esse novo campo de saber, é a vontade de pensar e intervir na cidade como um todo, de reformar sua estrutura e não apenas corrigir seus problemas pontuais. Isso, na verdade, acaba ficando muito mais no terreno das intenções. A pretensão reformista tende a restringir-se às áreas centrais, com forte tendência a estetizá-las, como imagem da nova ordem e das classes que a comandam, e a propiciar sua retomada por essas classes e pelas atividades a elas ligadas. Se o urbanismo instaura uma nova lógica de movimento e de abertura espacial, adequados à dinâmica da ordem capitalista, não impede a continuidade da formação, urbanisticamente desigual, dos espaços periféricos e a reprodução, no espaço, da ordem excludente do capitalismo.

Interessante é que, estetizando os espaços centrais, permanecendo com as ocupações representativas da arquitetura, como expressão de poderes e posições sociais, o urbanismo que emerge no século XIX, e cujas práticas são dominantes pelo menos até a segunda guerra, ainda assim abre um amplo espaço para o deleite, mesmo que limitado e basicamente visual, da maior parte dos habitantes das cidades. Estas se tornam, cada vez mais, um espetáculo: imposição e demonstração do poder da classe dominante e das instituições da cidade, mas também abertura das ruas e dos espaços públicos a uma apropriação não excludente, embora cada vez mais controlada e tendente à especialização e à segmentação socioespacial. Esta, aliás, é a expressão de uma contradição inerente ao próprio capitalismo, a de uma sociedade com pretensões democráticas apoiada numa ordem econômica fundada na desigualdade e produtora de desigualdade.

O desenvolvimento do urbanismo enfatizará a vontade de intervenção totalizante, de reestruturação da cidade como um todo, culminando nas propostas do Movimento da Arquitetura Moderna, com sua negação da lógica espacial tradicional e a proposição de um modelo de organização do espaço baseado na racionalidade funcional. Tal racionalidade possibilitaria uma nova eficiência para a cidade, e uma ordenação da vida cotidiana, de seus fluxos e suas necessidades, de modo a adequá-la aos novos tempos da máquina e da produtividade industrial. Ofere-

ce, assim, um novo espaço capaz de transformar a vida e, no limite, abolir as iniquidades geradas pela ordem social e econômica.

O modelo espacial proposto rompe com aquilo que Argan (1990) chama uma “arquitetura das instituições”, e suas preocupações representativas, e promove uma “arquitetura da sociedade”, fundada não na diferenciação das posições sociais, mas no atendimento a necessidades comuns a todos os seres humanos. Em que pese tal generosidade humanística, esse modelo acaba, contraditoriamente, aprofundando as segmentações funcionais e mesmo sociais no interior das cidades. Isto em virtude, basicamente, de seus princípios de separação das funções e de negação da rua-corredor tradicional, além de sua própria ingenuidade de pretender-se um modelo operador da transformação da estrutura social.

Ao romper com a lógica espacial tradicional, o modelo moderno, quando inserido nas cidades já existentes tende a dialogar com enorme dificuldade com as outras lógicas espaciais pré-existentes, o que não acontecia com o urbanismo do século XIX. Este, mesmo alterando a escala dos espaços públicos em geral, mantinha a rua como o elemento articulador das diversas funções e espaços, permitindo assim uma continuidade entre tecidos urbanos produzidos em diferentes épocas. No modelo espacial moderno, a rua perde esse caráter de elemento articulador, passando a ser apenas o espaço para uma função: o circular. Com isso, o ajuste ou a costura de tecidos urbanos diferentes fica extremamente dificultada, com tendência à geração de espaços residuais, vazios desarticulados, além do comprometimento de mínimas condições de unidade e continuidade na imagem dos espaços urbanos.

Que tipo de urbanismo surge no bojo das críticas aos espaços gerados pela concepção moderna e da própria impossibilidade de conceber a cidade como um projeto, dado seu esfacelamento e magnitude? Dentro de uma visão muito mais tímida e despretensiosa em relação às possibilidades de transformação da sociedade a partir do projeto do espaço, como bem aponta Arantes (1998), o urbanismo contemporâneo, revalorizando os espaços tradicionais tende a tentar de novo curar mazelas pontuais da cidade, em especial de suas áreas centrais. Busca, assim, resgatá-las segundo princípios de reapropriação do espaço público pela sociedade e de revalorização dessas áreas como referência coletiva. Sem entrar no mérito das diversas experiências realizadas, bastante diferenciadas entre si, esse urbanismo tende, em maior ou menor medida, a recair em formas de estetização do espaço, a serviço da geração de uma nova imagem compatível com novas apropriações econômicas e com o consumo da cidade como uma mercadoria.

Observam-se certas intervenções de cunho nitidamente mercadológico e com

tendência a conceber a cidade como um amplo espaço de entretenimento, banalizando o próprio patrimônio construído, via seu consumo massificado, o que tem sido a marca, de um modo geral, do consumo da cultura na contemporaneidade. Apesar disso, novo enfoque de intervenção urbana, ao revalorizar as situações moldadas ao longo da história, ao enfatizar o sentido de lugar e as vinculações dos habitantes com um espaço que é sedimentação e mistura de tempos passados e apropriações presentes, representa um grande avanço na aceitação da cidade como produção de toda uma sociedade ao longo do tempo, no respeito pelo patrimônio coletivo guardado em seus espaços e na possibilidade de encontrar caminhos mais fecundos de efetivação de um sentido democrático de apropriação do espaço público, na contracorrente das tendências para seu esvaziamento e para as segregações socioespaciais.

Cabe ao urbanista potencializar esse novo enfoque, não naquilo que ele carrega de aceitação das tendências consumistas do *status quo*, mas naquilo que possibilita ou estimula a emergência de subjetividades não capitalistas (as diversas expressões das particularidades e da criação, a confrontar-se no espaço urbano), e naquilo que enseja o rompimento das segregações e das tendências à constituição de guetos sociais.

É evidente que nessa abordagem não se pode perder de vista a impossibilidade de isolar um pedaço da cidade ou de pensar apenas a cidade em si mesma, sob o risco de somente confirmar a lógica dominante ou de repetir a ilusão modernista de alterar relações sociais apenas pela reforma do espaço. É preciso, paralelamente às intervenções no espaço, repensar o próprio modelo do capitalismo globalizado, estruturalmente gerador de exclusões e desigualdades, e sua especificidade nas realidades históricas dos diferentes países e regiões. Qualquer atuação do urbanismo, mais comprometida com a democracia na cidade, deve interligar-se a ações de combate à exclusão social, compreendendo que tais ações dependem também de uma discussão de questões mais globais, como a divisão internacional do trabalho e a necessidade de gerar contrapartidas sociais para os fluxos de capitais e para as tendências estruturais ao desemprego. Nesse sentido, a questão urbana cada vez menos é um problema que diz respeito apenas ao profissional urbanista, embora este continue tendo um papel preponderante nas questões específicas da produção do espaço físico da cidade.

Guattari (1996) fala da necessidade da articulação ético-política de três registros ecológicos: o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana, o que poderíamos compreender como uma pauta básica norteadora da atuação no espaço urbano. Essa pauta deveria fazer interagir a lógica do mercado e da produtividade capitalista com outros valores possíveis de redirecionar os sentidos da cidade e aprofundar seu potencial democrático: o

garantir um patamar básico de direitos de cidadania e de vida na cidade; o reforçar aquilo que propicia o aflorar das singularidades e da criação; o trabalhar no sentido de romper as segregações e propiciar o contato das diferenças; o enfatizar princípios de auto-gestão e de descentralização do poder.

Para tal, é importante partir dos potenciais já presentes nas diversas situações urbanas: a diversidade étnica, cultural e de vontades e desejos; as singularidades dispersas no âmbito da cidade; as práticas cotidianas de convivência e sociabilidade, naquilo que têm de solidariedade e ajuda mútua; as possibilidades de democratização na produção e difusão de informações; o patrimônio arquitetônico e ambiental da cidade, conjugação de espaço construído, espaço natural e relações sociais.

Desses potenciais há importantes lições a serem retiradas, especialmente, da prática dos pobres, quer em termos das relações mais diretas que estabelecem com o espaço da cidade, da apropriação mais intensa dos espaços públicos e da interação humana que aí estabelecem, quer em termos das formas de solidariedade e de expressão cultural que desenvolvem. É nesses grupos que, até mesmo por sua exclusão, emergem com mais força as expressões singulares do âmbito local: as peculiaridades criativas da convivência e do festejar, os modos de vestir, de falar e de expressar-se artisticamente. De um modo geral, como bem aponta Santos (1994), o cotidiano dos pobres, premido por necessidades de inventar as formas da sobrevivência e por um constante adaptar-se a situações novas, como ocorre com os migrantes, se caracteriza por uma enorme capacidade de ativar práticas e expressões culturais novas e por uma relação muito mais visceral com a cidade.

Evidentemente não se trata de perpetuar a pobreza que, em grande medida, induz a essa situação. O desafio é romper o quadro de exclusão sem que se perca a capacidade de criação e de singularizações existentes, gerando, ao mesmo tempo, não o fechamento dos grupos em guetos, mas a retroalimentação, a troca com outras singularidades. Ou seja, possibilitando a abertura para o outro, a miscigenação não submissa.

O projeto do espaço, atuação específica do arquiteto urbanista, assume enorme importância nesse quadro, na medida em que o espaço, conforme observa Guattari (1996) é um potencializador das subjetividades, ou seja, um estimulador de percepções, um ativador de significados, de apropriações, de relações sociais e de atuação do habitante. Nesse sentido, edifício e espaço urbano possuem o que Guattari chama de uma "subjetividade parcial", a ser ativada e enriquecida pelo usuário. O arquiteto, como criador, é alguém que faz interagir "a criatividade individual e a multiplicidade de constrangimentos materiais e sociais", a partir

da qual o objeto urbano e arquitetônico adquire sua própria consistência de “enunciador subjetivo”, de algo a ser preenchido, mas latente de potenciais. Isso pode acontecer de diversos modos e é possível trabalhar para a efetivação de significados e apropriações os mais díspares. Conforme assinala Guattari, “a complexidade da posição do arquiteto e do urbanista é extrema, mas fascinante, quando sua responsabilidade política e estética é levada em conta”. (id., p. 300)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GUATTARI, Félix. Restauração da paisagem urbana. **Revista do Patrimônio**, n.24, 1996.
- PELBART, Peter Pál. A cidade virtual. In: ____ **A cidade vivente**. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 1997.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.